

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

MITO FUNDADOR E O RACISMO NA CONTEMPORANEIDADE

Catarina Daniel da Cruz¹Estênio Guedes de Assis Júnior²Lara Danuta da Silva Amaral Gomes³Lavínia Messias Alves⁴Luciano da Silva Vieira⁵

RESUMO:

Este trabalho busca trazer uma reflexão que abarca o racismo em suas configurações contemporâneas. Nesse sentido, nosso objeto perpassa pela busca por elementos que possam auxiliar na compreensão acerca do racismo relacionado à formação social brasileira como processo interdependente. Entendemos que o país é fundado através de mitos e que esses são penetrados através das relações sociais, como abordaremos sobre o mito fundador. Após elucidação teórico-metodológica, buscaremos mão de autores que abordam o racismo na sociedade contemporânea, sociólogos, filósofos e intelectuais que buscam compreender os meandros da formação sócio-histórica no país, assim como apresentaremos reflexões sobre as ausências que existem no cenário das políticas sociais brasileiras como impactos diretos na sociedade brasileira e o resultado do cenário anteriormente trabalhado.

Palavras-chave: Mito fundador. Racismo. Políticas Públicas.

¹ HCFMUSP. Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social de São Paulo (FAPSS-SP). Assistente Social Residente no Instituto da Criança e do Adolescente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (ICr-HCFMUSP). cursando Especialização em Atenção Clínica Especializada em Neonatologia na modalidade residência multiprofissional pelo HCFMUSP. Integra o Grupo de Pesquisa em Saúde da População Negra na Faculdade de Medicina da USP (Race.Id). E-mail: danieldacruzcatarina@gmail.com.

² UECE. Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Integrante do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social (LAPESS). Pesquisador-colaborador do Grupo de Estudos sobre Ascensão do Encarceramento e Segregação Social (GRADESS), e do Grupo de Estudos em Biopolítica e Estado Penal (GEBEP). E-mail: estenioguedess@gmail.com.

³ UFPI. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas (UFPI). Integrante do Grupo de Estudos de Políticas da Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS/UFPI). E-mail: laradanuta20@gmail.com.

⁴ UERJ. Assistente Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). cursando Especialização em Serviço Social e Saúde na modalidade residência pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa da Prática Profissional do Serviço Social (NEPPSS/UFRRJ) e o Coletivo Fotográfico integrado ao projeto de extensão “Questão Social em Foto: a fotografia como instrumento pedagógico” da FSS/UERJ. E-mail: lavmessias@gmail.com.

⁵ HCFMUSP. Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS/SP). Pós Graduado em Trabalho Social com Famílias e em Saúde Coletiva.(Universidade Anhanguera). Assistente Social Residente no Instituto do Câncer do Estado de São Paulo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (ICESP-HCFMUSP). Especializando no programa de Atenção Oncológica ao Adulto do HCFMUSP. Integrante do Núcleo de pesquisa em relações raciais - Mabel Assis. . E-mail: luciano.vieira1203@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ABSTRACT

This study seeks to bring a reflection that encompasses racism in its contemporary configurations. In this sense, our object pervades the search for elements that can help in the understanding of racism related to the Brazilian social formation as an interdependent process. We understand that the country is founded through myths and that these are penetrated through social relations, as we will discuss about the founding myth. After theoretical-methodological elucidation, we will seek the help of authors who address racism in contemporary society, sociologists, philosophers and intellectuals who seek to understand the intricacies of socio-historical formation in the country, as well as we will present reflections on the absences that exist in the scenario of social policies as direct effects on Brazilian society and the result of the previously worked scenario.

Keywords: Founding myth. Racism. Public policy.

1 INTRODUÇÃO

A abolição da escravidão, não contraditoriamente, incutiu um projeto genocida em progresso até os dias atuais, que mantém uma política de marginalização dessa população em diferentes âmbitos sociais. Sendo assim, o não oferecimento de políticas públicas que se proponham a atender os grupos étnico-raciais de acordo com suas necessidades e particularidades segue sendo um componente que contribui para a manutenção desse projeto.

Dentre suas denominações, o racismo brasileiro pode ser visto como um manto invisível em sua formação social, pois adquire características muito específicas através da solidificação em uma falsa democracia, com elementos que se projetam nas relações de produção, na economia e na forma política do país, através de mecanismos de poder ilusórios. A falsa horizontalidade nas relações sociais atua concomitantemente com no campo social, político, mas também da subjetividade dos sujeitos, nas relações sociais e formas de produção e reprodução da vida social.

Nesse sentido, sobre a formação social brasileira e o racismo perpetrado, concordamos com Márcia Eurico, quando coloca que:

A relações étnico-raciais no Brasil ocorrem a partir da consolidação de dois grupos principais: o branco e o negro. As relações sociais, permeadas de contradições, se desenvolvem alicerçadas em mitos e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



preconceitos contra a população negra, responsabilizada pelo declínio da nação brasileira, por prejudicar a identidade nacional. (EURICO, 2011, p. 25)

Partimos, portanto, do pressuposto que a população negra/racializada brasileira sobrevive diariamente às condições deixadas por um projeto colonizador, fundamentada através de mitos e falsas afirmações sobre populações que foram sistematicamente marginalizadas e violentadas, em detrimento da superiorização de um modelo ideal: o próprio colonizador europeu, que invadirá o país e deixará marcas profundas que se tornaram essenciais para a reprodução própria do racismo e da estrutura capitalista, em âmbito micro e macro estrutural, nas formas de vida que aqui viviam e que aqui foram deixadas.

Estamos falando que a leitura do racismo e do ideário racial constitui-se como um fator que pode ser determinante, se analisarmos este objeto como elemento importante na manutenção e reprodução de violências no Brasil contemporâneo contra pessoas negras, pois:

A reprodução dessa lógica está presente ainda hoje na sociedade brasileira. Historicamente coube à população negra o lugar subalterno, o tratamento discriminatório no acesso aos serviços e políticas públicas e no âmbito da justiça criminal, o mesmo olhar estereotipado, determina punições diferentes para o mesmo delito, se cometido por indivíduos brancos ou negros. (EURICO, 2011, p. 26)

Investigar, nesse sentido, os meandros das singularidades que formam as relações sociais no Brasil, temos metodologicamente a ferramenta necessária para solidificar a compreensão sobre a importância dos movimentos sociais e da luta antirracista. Uma vez que desvelar o passado na intenção de reestruturar nossa própria história, enquanto população negra que foi e é marginalizada, é essencial para que possamos seguir enquanto sociedade, principalmente ao pensarmos as políticas públicas de forma igualitária.

Apresentaremos, a seguir, autores contidos em nosso arcabouço teórico-político que contribuem para o pensamento que colocaremos adiante: aspectos da formação social do Brasil e o mito que o encobre, como um manto, desde a sua fundação.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 A FORMAÇÃO SOCIOHISTÓRICA DO BRASIL A PARTIR DO MITO FUNDADOR

Em nossa orientação teórica-metodológica, partimos dos processos de análises que enraízam as relações das sociedades modernas, em seu processo de mercantilização, hierarquização, marginalização e criminalização anti-negra. Em tempo, Nascimento (2019) afirma que o monopólio do poder está desde o período colonial até os dias atuais com a camada branca da sociedade, como se fosse um fenômeno natural e, até mesmo, democrático. Estamos de acordo com o autor quando ele afirma que:

A história do Brasil é uma versão concebida pelos brancos e para os brancos, exatamente como toda sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite minoritária brancoide, presumidamente de origem europeia. (NASCIMENTO, 2019, p. 35-36)

Dessa forma, partimos da crítica ao “mundo conceitual branco”. De acordo com Grada Kilomba, esse *mundo* é colonizador e não neutro. Por esse motivo, os espaços de construção do conhecimento acerca da vida e dos corpos não-brancos são violentos, uma vez que somos e “temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os.” (KILOMBA, 2019, p. 51).

Lélia Gonzalez em seu texto de 1980, intitulado “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, nos traz conceitos-chave de seu pensamento. Dentro de um processo dialético em que ela parte das noções de *consciência* - lugar de encobrimento, onde se afirma a verdade, aliena e se expressa no ideológico dominante se faz presente - e *memória* que mostra as lacunas da consciência, “esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção.” (GONZALEZ, 2020, p.78). E nas palavras da autora: “no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa ser esquecida, tirada de cena.” (GONZALEZ, 2020, p. 79).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A *memória* que Lélia demarca, está alinhada com a obra “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, de Grada Kilomba, onde a autora analisa o racismo cotidiano sofrido por mulheres negras vivendo na Europa. Ambas apontam para uma busca da realidade e esse percurso de disputar a *consciência* e desfazer esse “mundo conceitual branco” através da *memória*, desvendando instrumentos utilizados nesse processo de genocídio antinegro.

Então, a partir de uma relação com as percepções entre gênero e raça como parte estrutural da sociedade e chave de suas análises, Kilomba resgata os mecanismos das plantações nas colônias, como uma estrutura que coloca pessoas negras não só como *Outros/as/es* - caracterizado como uma projeção em negros/as/es aquilo que não reconhece em si, em um “mundo conceitual branco” moralmente ideal, como um objeto de ameaça, mas também de desejo - como também de *Outridade*, que segundo a autora é “a personificação de aspectos repressores do ‘eu’ sujeito branco.

Em outras palavras, a população negra se torna a representação mental daquilo com o que *sujeito branco* não quer se parecer.” (KILOMBA, 2019, p.38). Achille Mbembe, por sua vez, em sua obra *Crítica da Razão Negra*, disserta sobre a raça, colocando-a enquanto ficção útil, uma projeção ideológica e perversa, não existindo como “fato natural físico, antropológico ou genético.” (MBEMBE, 2018, p.28). Assim sendo, o autor camaronês desenvolve acerca do negro:

[...] o negro não existe enquanto tal. Ele é constantemente produzido. Produzi-lo é gerar um vínculo social de sujeição e um corpo de extração, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor e do qual nos esforçamos para obter o máximo de rendimento. (MBEMBE, 2018, p.42)

Cabe ressaltar que, desde a invasão, em meados de 1500, o Brasil segue sendo alvo de um plano colonizador. Projeto esse que, para se legitimar, precisou se afirmar, desde sua gênese e concepção, em um discurso ideológico muito bem estruturado. De acordo com Marilena Chauí, o país foi uma construção dos europeus, delineado enquanto uma “terra abençoada por Deus” [...] “Se Deus aquinhoar o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



alevantados destinos”. É essa construção que estamos designando como mito fundador.” (CHAUÍ, 2000, p. 58).

Isto é, a elaboração do mito fundador aparece enquanto plano de fundo desde o início da invasão do Brasil. Tendo por objetivo reforçar que o processo de conquista do país, escravização da população indígena, sequestro e escravização da população negra, entre outros fatores, ocorreram de modo pacífico. Para que esse ideário se efetivasse de fato, foi necessária a reconstrução da representação do país sob a ótica de uma violência velada, mascarando as relações sociais, forjando a imagem de uma nação harmoniosa, e com relações raciais igualitárias.

O mito fundador é um instrumento ideológico que também será operacionalizado para justificar as bases da moral cristã no Brasil, que, no que lhe concerne, é a doutrina religiosa que tem sua força política e ideológica localizada no topo da hierarquia social durante o período de colonização. Doutrina essa que foi responsável pela catequização compulsória dos povos indígenas que já viviam neste território desde antes da colonização, e que também cooperou para com o tráfico das populações africanas como ressalta a autora:

No período da conquista e colonização da América e do Brasil surgem os principais elementos para a construção de um mito fundador. O primeiro constituinte é, para usarmos a clássica expressão de Sérgio Buarque de Holanda, a “visão do paraíso” e o que chamaremos aqui de elaboração mítica do símbolo “Oriente”. O segundo é oferecido, de um lado, pela história teológica providencial, elaborada pela ortodoxia teológica cristã, e, de outro, pela história profética herética cristã, ou seja, o milenarismo de Joaquim de Fiori. O terceiro é proveniente da elaboração jurídicoteocêntrica da figura do governante como rei pela graça de Deus, a partir da teoria medieval do direito natural objetivo e do direito natural subjetivo e de sua interpretação pelos teólogos e juristas de Coimbra para os fundamentos das monarquias absolutas ibéricas. (CHAUÍ, 2000, p. 58)

Dessa forma, para além de propor a ideia de um paraíso terrestre, esse mito legitima a escravização de pessoas negras e indígenas, criando bases de cunho ideológico para reforçar a naturalização e a inferiorização dos colonizados em relação aos colonizadores. De acordo com Chauí, uma das justificativas utilizadas para naturalizar o processo de escravização, se dava “dada a ‘afeição natural’ dos

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

negros para a lavoura”, posto que “era também natural que os vencidos de guerra fossem escravos naturais para o trabalho da terra” (CHAUÍ, 2000, p. 67).

Ou seja, o mito se configura enquanto parte da construção de um ideário que visava representar o desenvolvimento do país a partir e sob a ótica da chegada dos povos europeus, apoiado nas concepções moldadas pela classe dominante que estava a se formar. Essa representação ocorre, naquele período, a partir da criação de uma linha ideológica que tem por objetivo estabelecer as bases da dinâmica de dominação de uma classe com relação à outra, visando favorecer os interesses mercantilistas que beneficiavam os grandes senhores e as famílias que ocupavam o topo da hierarquia social.

Ora, se o Brasil era um paraíso terrestre, não havia então motivos para reivindicação ou revolta da população negra e indígena, visto que, como ironiza Chauí (2000, p. 63), eram um povo abençoado. Esse imaginário criado foi a forma perfeita para estruturar os próximos 400 anos de escravidão que o país viveu, posto que,

A teoria do direito natural objetiva parte da idéia de Deus como legislador supremo e afirma haver uma ordem jurídica natural criada por Ele, ordenando hierarquicamente os seres segundo sua perfeição e seu grau de poder, e determinando as obrigações de mando e obediência entre esses graus, em que o superior naturalmente comanda e subordina o inferior, o qual também naturalmente lhe deve obediência. (CHAUÍ, 2000, p. 64)

Cria-se, a partir dessa concepção, um modelo de humanidade baseado no colonizador europeu, em que os grupos raciais minorizados foram arremessados ao lugar social da subalternidade, para serem afirmados enquanto naturalmente inferiores. Com base em valores cristãos, coloniais, patriarcais e eurocêntricos, os povos originários e negros tiveram sua cultura, religião, formas de viver e se organizar usadas enquanto justificativa para determinar sua suposta inferioridade.

Com base nesses elementos, é possível perceber que desde a invasão, passando pelo período de colonização e com a instauração do escravagismo como modo de produção — que foi vigente dos séculos XVI até meados do século XIX —, os povos negros e indígenas foram violentados simbólica e materialmente, tendo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

suas subjetividades roubadas, seus corpos violados e suas culturas enfraquecidas em nome de um Deus que não lhes abençoou.

Outro ponto importante para a compreensão da formação sócio-histórica do Brasil e a questão racial, é que, já no período pós-abolição, com a transição da escravidão para o capitalismo dependente que emergia no país, a população negra já não era mais vista como útil para esse modo de produção. Assim, nesse momento, novas ideologias e discursos surgiram para reforçar a ideologia racista das classes dominantes que viviam nesse território.

Havia, no Brasil, no final do século XIX e durante o XX, a necessidade de modernizar o trabalho e adequá-lo ao modelo imposto pelo capital internacional, para que assim o país vislumbrasse estar em pé de igualdade com países de capitalismo avançado. Portanto, a escravidão já não era mais um sistema bem-visto internacionalmente, conforme coloca Silvio Almeida:

O desenvolvimento do capitalismo e os avanços tecnológicos da sociedade industrial fizeram emergir um tratamento mais sutil[...]A substituição do racismo científico e do discurso da inferioridade das raças pelo “relativismo cultural” e pelo “multiculturalismo” não se explica por uma “revolução interior” ou por uma “evolução do espírito”, mas por mudanças na estrutura econômica e política que exigem formas mais sofisticadas de dominação. O incremento das técnicas de exploração econômica é acompanhado de uma evolução das técnicas de violência e opressão, dentre as quais, o racismo. (ALMEIDA, 2019, p. 45)

Logo, as elites desse período “tinham um projeto muito definido, que era acabar com o trabalho escravo e introduzir o máximo possível de imigrantes europeus para substituir a mão de obra escrava e não escrava nacional e preparar o país para a “modernidade”.” (JACINO, 2007, p. 25)

Em virtude disso, é possível compreender, a partir dos referenciais apresentados, que a abolição da escravidão não ocorreu de modo pacífico, havendo muita resistência por parte da população negra e indígena. Tendo como exemplo o histórico surgimento da República de Palmares e as diversas revoltas contra o sistema vigente, organizadas principalmente por povos negros e indígenas em todo território nacional.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A alforria das pessoas escravizadas também não teve por objetivo a reparação histórica. Visto que, no que diz respeito às populações nativas indígenas, seu extermínio por parte do Estado Brasileiro já estava consumado, considerando que grande parte desses povos foram mortos brutalmente, além de terem suas terras tomadas, bem como seus corpos e força de trabalho, expropriados pelos colonizadores. O mesmo processo ocorreu com a população negra, que foi arbitrariamente sequestrada de seu continente, morta e escravizada nesse território.

Portanto, o projeto de nação arquitetado pelas classes dominantes, seguia em curso, com a criação e perpetuação de mecanismos e formas de legitimar processos de exclusão e marginalização dessas populações, a partir de políticas antinegro e de supressão dos povos indígenas. Para tanto, o processo de miscigenação surge como um dos mecanismos que contribuiu para o projeto de branqueamento do país, com o objetivo de remover o negro dos espaços sociais.

O desejo de branqueamento da nação desencadeia uma série de medidas de incentivo à vinda de trabalhadores europeus qualificados e descendentes das raças superiores [...] A abertura do país aos imigrantes, os “únicos” com capacidade para ingressar no mercado de trabalho industrial, e a restrição de negros e asiáticos, que só poderiam se fixar no país com expressa autorização do governo, acirra a desigualdade racial no Brasil. (EURICO, 2012, p. 122-123)

Este processo também é constituído ideologicamente pelas elites, como chave para forjar a realidade, criando o ideário de que, por ser um país miscigenado, vivenciamos a democracia racial. O que não é uma realidade, como aponta o sociólogo Clóvis Moura: “Em outras palavras: estabeleceu-se uma ponte ideológica entre miscigenação (que é um fato biológico) e a democratização (que é um fato sociopolítico), tentando-se, com isso, identificar como semelhantes dois processos inteiramente interdependentes.” (MOURA, 2019, p. 89)

O autor ainda coloca que a miscigenação é um fator que ocorre em todas as sociedades atuais, uma vez que não há mais a existência de raças puras no mundo. No entanto, ele sinaliza que isso não pode, em nenhum momento, ser confundido

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



com a democratização das relações raciais no país. Além disso, não podemos perder de vista que o processo de miscigenação foi bastante violento, posto que, para que o branqueamento da população ocorresse de fato, mulheres negras escravizadas se tornaram alvo de estupros por homens brancos, para que assim, dessem à luz a bebês mais claros.

Nesse sentido, para retirar o caráter de exploração sexual: “Afirma-se, sempre, que o português, por razões culturais ou mesmo biológicas tem predisposição pelo relacionamento sexual com etnias exóticas, motivo pelo qual consegue democratizar as relações sociais que estabelece naquelas áreas em que atuou como colonizador. (MOURA, 2019, p. 89). Na transição do trabalho escravizado para o trabalho livre, a população negra foi substituída por outro modelo de trabalhador, que foi escolhido por atributos raciais, o branco.

Essa elite de poder que se auto identifica como branca escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica em nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro. Em cima dessa dicotomia étnica estabeleceu-se, como já dissemos, uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida que se aproxima do negro. (MOURA, 2019, p. 90)

Uma vez que a elite escolhe um tipo ideal que representará o trabalhador brasileiro, parte das pessoas que compõem as classes subalternizadas, ou seja, população negra e indígena, passam a trilhar, simultaneamente a esse processo, um caminho de consciência social e racial fragmentada e, por conta disso, alienada.

Como é possível perceber, é nesse processo de criação de uma falsa consciência ou alienação que a sociedade como um todo e, em específico, as populações negras e indígenas marginalizadas absorvem a máxima de que o país vive uma democracia racial. E que, portanto, os episódios de violência que acometem esses povos no cotidiano são de caráter individual, e não uma problemática de cunho estrutural, que abarca a macroestrutura societária no âmbito político, econômico, social e suas demais dimensões. Nesse sentido, o item seguinte

PROMOÇÃO



APOIO



aponta desigualdade social com base na raça a partir da análise de indicadores sobre as condições de vida da população brasileira.

3 RACISMO NA CONTEMPORANEIDADE: REFLEXOS DO MITO

Ainda que a sociedade brasileira insista em mascarar o racismo, negando-o, não é possível esconder os dados acerca das condições de vida no país, deixando explícitas as disparidades sociais e econômicas entre a população negra e não negra. A formação sócio-histórica da sociedade brasileira ressoa sobre a atualidade, o mito fundador aparece nesse contexto enquanto pilar para a perpetuação do racismo. Nesse sentido, coloca-se em pauta o papel das políticas públicas na garantia dos direitos da população negra na atualidade.

De acordo com o informativo “Desigualdade Sociais por Cor ou Raça no Brasil” (IBGE, 2022), o número de pessoas brancas é maior que o número de pessoas pretas e pardas em cargos gerenciais. Os dados também apontam para o fato de que o percentual de pretos e pardos abaixo da linha da pobreza supera o de pessoas brancas, tendo como base US\$5,50/dia. As pessoas pardas aparecem em maior percentual representando 38,4%, pretas 34,5% e brancas 18,6%.

Outro dado importante é sobre a população residente em domicílios sem documentação da propriedade. Entre os residentes em domicílios próprios, na região Nordeste, a população parda representa 26%, enquanto a preta representa 24,3% e a branca 18,3%. Essa realidade não se difere das outras regiões do país, bem como no âmbito nacional, como é possível identificar na tabela abaixo.

Tabela 1 – População residente em domicílios sem documentação da propriedade, entre os residentes em domicílios próprios (%)

Regiões/cor ou raça	Branca	Preta	Parda
Sul	7,4	15,4	14,9
Centro-oeste	7,6	12,1	11,1

Sudeste	8,4	16,9	16,9
Norte	18,1	24,5	27,0
Nordeste	18,3	24,3	26,0

Fonte: IBGE (2022). Produção dos autores.

O ciclo perverso do racismo invisibiliza o negro, mantendo-o à margem da sociedade, torna evidente a desproteção das políticas sociais com essa parcela da população. Com base nos dados citados, é possível afirmar que a má condição de vida da população negra é histórica na sociedade, isto é:

Os mitos e racionalizações do escravismo são desenterrados e reinterpretados para manter o negro atrás do exército industrial de reserva, como massa marginalizada. O preconceito de cor funciona, portanto, como um mecanismo regulador do capitalismo dependente a fim de manter os baixos padrões de salários dessas massas plebeias e da classe operárias por abrangência. O sistema mantém o negro *sob controle*. (MOURA, 1983, p. 25)

Essa realidade, entre tantos fatores condicionantes, pode ter um como principal: a falta de políticas de reparação de danos pós abolição, que pudesse proporcionar condições igualitárias de vida, influenciando em outro aspecto importante: a saúde.

De acordo com a Pesquisa Nacional da Saúde (2013), dados indicam que a taxa de prevalência da hipertensão arterial na população negra é cerca de 27% maior em comparação à mesma taxa entre os brancos. Entre 2000 e 2012, houve também um aumento gradual na taxa de mortalidade por diabetes na população negra. Para cada 100 mil habitantes na população branca, essa taxa passou de 23,9% para 22,7%, enquanto que na população negra a mesma taxa oscilou de 26,2% para 34,1%.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Além dos principais agravos no estado de saúde enfrentados pela população negra, há também uma outra face nessa realidade racista: a falta de assistência e violência sofrida por mulheres negras. Mulheres negras com anemia falciforme apresentam maior risco de abortamento durante a gestação, bem como podem sofrer complicações durante o parto, exigindo uma assistência mais intensa durante a gestação. Pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz apontam também que a violência obstétrica afeta mais as mulheres negras (OLIVEIRA, 2017). Nesse estudo, é evidenciado que as mulheres negras sofrem com maior risco de pré-natal inadequado, falta de vinculação à maternidade, ausência de acompanhante, menor orientação sobre o parto e suas possíveis complicações, além de receberem menor dosagem de anestesia durante o parto.

Diante do exposto, cabe afirmar que a condição geral da saúde da população negra brasileira apresenta índices mais baixos quando comparados a grupos étnico-raciais não negros, bem como outros aspectos citados. A causa dessa disparidade está ligada a diversos fatores que estão enraizados em uma sociedade cujo passado colonial e escravista ainda deixam suas marcas.

4 CONCLUSÃO

O racismo no Brasil precisa ser incorporado na leitura sobre as relações sociais. É essencial que o pensamento sobre a questão racial incorpore a complexidade da formação sócio-histórica brasileira, pois o racismo está engendrado nos mecanismos de produção e reprodução das relações sociais. É nesse contexto que encontramos o preconceito, a discriminação e marginalização da população negra.

Isso significa dizer que o combate ao racismo precisa ser incorporado nas políticas públicas, como forma de assegurar os direitos da população negra e promover o enfrentamento à desigualdade racial no Brasil.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Além disso, é importante reconhecer a intersecção entre as categorias raça, classe e gênero no debate sobre políticas públicas. Isso significa considerar as múltiplas dimensões da desigualdade, como pobreza, desigualdade, racismo e violência, levando em conta também as particularidades de gênero, de forma transversal, no acesso aos direitos e na promoção da saúde.

Dessa forma, é necessário abordar o racismo como um aspecto central na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A inclusão do combate ao racismo nas políticas públicas é uma maneira de garantir a plena cidadania e a equidade para todas as pessoas que residem no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

EURICO, Márcia Campos. Raízes da discriminação racial no Brasil. In: LAIA, Maria Aparecida; PALEROSI, Diná Maria; SILVEIRA, Maria Lucia da (org.). Construindo a Igualdade Racial: II Prêmio de Artigos Científicos. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2012. Cap. 9. p. 116-128.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos, Org. Flávia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saúde. acesso a utilização dos serviços de saúde, acidentes e violência: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, 2015

IBGE. Desigualdade por Cor ou Raça no Brasil. 2022. Disponível in <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf> .

JACINO, Ramatis. O trabalho do negro livre na cidade de São Paulo 1872-1890. 2007. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-06072007-104911/pt-br.php>. Acesso em: 2021-11-16.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano; tradução. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra; traduzido. Sebastião Nascimento. São Paulo: n1 edições, 2018.

MOURA, CLÓVIS. Miscigenação e democracia racial. In: Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, Clóvis. Brasil: raízes do protesto negro. São Paulo: Global Ed., 1983.

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. rev. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

PROMOÇÃO



APOIO

